

Reunião Ordinária Câmara Técnica de Gestão Pública e Desenvolvimento Econômico
25.08.2026

Nome

Amanda Melli

Carlos Henrique Garla

Gabriel Guerra Miranda Muzeka dos Santos

Giovana Sene

Gisele Balbo

José Madeira Netto

Laura Antonio de Souza

Letícia Gomes Beneli

Luiza Russi Dognani

Wania Lombardi

Assuntos Tratados

Discussão:

Inicialmente, foi relatada a participação do CODEM no evento Webnar, promovido no âmbito da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, com representantes de municípios de diversas regiões do Brasil. Destacou-se que o CODEM de Maringá convidou o Conselho de Marília para compartilhar o espaço e apresentar suas experiências, considerando o grau de maturidade e desenvolvimento alcançado pelo CODEM de Marília. Durante o encontro, foram levantadas pautas relacionadas à gestão pública e ao desenvolvimento municipal que poderão servir como referência para futuras ações. Ficou acordado que os materiais e informações pertinentes serão posteriormente encaminhados ao grupo.

Durante a reunião, foram apresentadas duas novas possibilidades de projetos para desenvolvimento pela Câmara Técnica.

A primeira proposta refere-se à criação de uma ação de conscientização e prevenção aos impactos econômicos e sociais decorrentes das apostas esportivas, jogos de azar on-line, cassinos digitais e plataformas conhecidas como “jogo do tigrinho”. Como referência, foi apresentada a iniciativa desenvolvida no município de Campinas, denominada “Campinas sem Bet”, que conta com a participação da UNICAMP e de estudantes universitários, inclusive mediante atividades vinculadas a horas complementares, com o objetivo de promover orientação e conscientização da população. A partir dessa experiência, foi sugerido que a iniciativa a ser desenvolvida em Marília possa ser denominada “**Marília sem Bet**”, conferindo identidade própria ao projeto e facilitando sua divulgação e reconhecimento pela população.

Foi ressaltado que o crescimento das apostas on-line tem produzido consequências econômicas relevantes para famílias e para o próprio desenvolvimento local, especialmente diante do comprometimento da renda familiar com jogos e endividamento. Durante a discussão, mencionou-se a existência de mecanismos governamentais de autoexclusão e bloqueio do acesso de usuários às plataformas de apostas, além da possibilidade de articulação com instituições estaduais, universidades e demais entidades para estruturação de ações educativas.

Nesse sentido, discutiu-se a possibilidade de estabelecer parceria com instituições de ensino superior, entre elas a UNIMAR, bem como com a Defensoria Pública e secretarias municipais. Também foi sugerida a integração da temática a projetos e ações já desenvolvidos pelo CODEM, como o Escola Conectada e iniciativas de atendimento itinerante à população.

A proposta deverá possuir caráter eminentemente educativo e preventivo, buscando oferecer instrumentos concretos para que pessoas afetadas pelo problema possam buscar orientação e apoio. Entre as possibilidades apresentadas estão a realização de atendimentos individuais aos pais e responsáveis, palestras, rodas de conversa, ações coletivas e atividades de conscientização.

Foi destacada a importância de inicialmente realizar um diagnóstico sobre as diferentes modalidades de jogos e apostas, diferenciando os chamados jogos ou cassinos digitais das plataformas de apostas esportivas. Quanto aos cassinos digitais e ao denominado “jogo do tigrinho”, sugeriu-se trabalhar com casos reais e situações concretas capazes de demonstrar os impactos financeiros, familiares e sociais decorrentes do vício em jogos. Em relação às apostas esportivas, sugeriu-se explicar também o funcionamento das plataformas, seus algoritmos e os mecanismos utilizados para estimular a permanência e recorrência dos usuários.

Como instrumento de apoio às atividades, propôs-se a elaboração de uma cartilha ou material informativo de caráter visual e linguagem acessível, podendo ser complementada por flyers e outros materiais de comunicação. Também foram sugeridas metodologias ativas, especialmente rodas de conversa e apresentação de casos concretos, de forma a estimular a reflexão dos participantes acerca dos riscos associados às apostas.

Foi ressaltada, ainda, a necessidade de garantir continuidade às ações após as primeiras atividades de conscientização. Para isso, discutiu-se a possibilidade de capacitação de professores e demais profissionais das escolas, permitindo que a temática seja trabalhada de forma permanente no ambiente educacional. Da mesma forma, mencionou-se a possibilidade de integração com equipamentos públicos de assistência social, considerando que os CRAS já possuem rotinas periódicas de reuniões e atividades com a população atendida.

A longo prazo, a proposta é desenvolver um projeto escalável, envolvendo universidades, secretarias municipais, especialmente as áreas de Educação e Assistência Social, além de demais instituições que possam contribuir para a prevenção, orientação e encaminhamento das pessoas afetadas pelo problema. Também foi sugerida a busca de apoio logístico e de comunicação junto às secretarias municipais para produção e distribuição dos materiais.

Durante a discussão, foi mencionado, como dado observado em experiência relacionada ao IPREMM, que parcela significativa dos aposentados atendidos possuía dívidas relacionadas a empréstimos e dificuldades financeiras

associadas a jogos e financeiras, reforçando a importância de ações voltadas à educação financeira e à prevenção do superendividamento.

A segunda proposta apresentada refere-se ao **mapeamento da atividade industrial, comercial e logística do município de Marília**, buscando compreender as transformações provocadas pelo crescimento do comércio eletrônico e pela instalação de grandes estruturas logísticas, como polos de distribuição de marketplaces. Discutiu-se que a expansão desses modelos pode produzir impactos relevantes sobre o comércio local, tornando importante identificar como os produtos circulam, onde são produzidos, quem são os compradores e quais atividades econômicas locais são afetadas.

A proposta consiste na estruturação de um diagnóstico capaz de reunir informações sobre produção, consumo, logística e comércio, permitindo ao CODEM compreender melhor as mudanças econômicas em curso e, posteriormente, avaliar possíveis estratégias de desenvolvimento e fortalecimento da economia local.

No decorrer da reunião, também foi mencionada a participação do SEBRAE nas próximas atividades do projeto Escola Conectada, com programação própria no espaço destinado ao projeto.

Por fim, informou-se que está prevista para o dia 1º de setembro de 2026 uma reunião com representantes da área de inovação e startups do SEBRAE de Marília. O encontro terá como objetivo identificar o grau de maturidade do ecossistema de inovação do município, considerando aspectos como governança, inovação e empreendedorismo, permitindo a realização de diagnóstico sobre o estágio atual do sistema local de inovação.

Por fim, foi informado, que está em desenvolvimento um aplicativo/repositório institucional do CODEM, destinado à centralização e organização de documentos, projetos, informações e materiais produzidos pelas Câmaras Técnicas. A expectativa é que, futuramente, os conteúdos e registros institucionais possam ser concentrados nesse ambiente digital, facilitando o acesso e a gestão das informações.

Providências

1. Próxima reunião no dia 09/09/2026, às 09h30;
2. Estruturar proposta preliminar do projeto “Marília sem Bet”, definindo objetivo, público-alvo, formato das ações e possíveis parceiros.
3. Articular possíveis parcerias com UNIMAR, UNESP, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretarias Municipais, especialmente Educação e Assistência Social.
4. Desenvolver proposta de cartilha/flyer informativo, com linguagem simples e visual, abordando riscos, funcionamento das plataformas e formas de buscar auxílio.
5. Solicitar apoio das Secretarias Municipais para produção de materiais, divulgação e logística das ações.